

Caminhos não trilhados: uma pesquisa sobre o reconhecimento, o direito e a importância das primeiras arquitetas e urbanistas do Brasil

Camila A. Belarmino IAU/USP

O objetivo deste artigo é apresentar uma síntese sobre a pesquisa que busca desinvisibilizar as primeiras mulheres profissionais de arquitetura e urbanismo no Brasil, bem como fomentar um debate epistemológico em torno da produção historiográfica desta área.

“Quem são as primeiras arquitetas do Brasil, professora?” Eis a pergunta que recorrentemente aparecia em aulas do curso de arquitetura e urbanismo da instituição que esta autora atuava. No geral, eram as mulheres que constituíam a maior parte dos estudantes em classe. Hoje elas também são maioria no mundo do trabalho de acordo com dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo¹. Nas idas e vindas para sanar as questões, foram encontradas uma série de referências sobre arquitetas e urbanistas na historiografia internacional, em especial, nos EUA e Europa. A busca de pesquisadores e jornalistas pelas primeiras arquitetas e urbanistas nos EUA se constituiu, de forma mais contundente, a partir dos anos 1970. Atualmente, existe um vasto panorama de pesquisa, programas, projetos e entidades voltadas para a historicidade e para produção de memórias que revelam o lugar das mulheres no campo em questão.

No Brasil, basicamente, existe uma produção maior de dados a respeito de figuras como Lina Bo Bardi, famosa arquiteta ítalo-brasileira, e Carmen Portinho que, apesar de não ser arquiteta, mas sim engenheira e urbanista, foi uma figura com grande atuação no campo da arquitetura, do urbanismo, das artes e do design. Portinho foi uma agente fundamental para a consolidação destas áreas no Brasil. Suas iniciativas estão inscritas na cidade do Rio de Janeiro através da atuação em entidades e projetos. Porém, Portinho não esteve sozinha em sua trajetória. Reconhecendo-a como importante precursora do movimento feminista e sufragista no Brasil, através da engenheira, foi possível encontrar evidências da existência de outras mulheres no campo da construção civil e que, assim como ela, poderiam ter sido as primeiras nesta área. O foco inicial da pesquisa era de fato

¹ Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, entidade que fiscaliza e orienta o exercício da profissão no Brasil, do total de 193.443 profissionais registrados em 2021, 123.997 são mulheres (64%) e 69.446 são homens (36%). Dados sobre a participação das mulheres arquitetas e urbanistas, 2021. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/dia-da-mulher-participacao-das-mulheres-arquitetas-e-urbanistas-cresce-a-cada-ano2/>

encontrar as primeiras arquitetas e urbanistas do Brasil como uma forma de responder às indagações das estudantes de história da arquitetura e urbanismo não apenas com exemplos externos, mas com exemplos próximos da realidade em que elas se encontravam, isto é, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, esta investigação se configurou em um mapeamento de dados sobre personagens a partir de redes de relações, instituições, entidades, etc. Como afirma a historiadora das mulheres Michele Perrot, recompor a experiência histórica de figuras femininas é uma tarefa árdua, tendo em vista a falta de interesse sobre suas memórias, fato que pode que diz respeito a uma estrutura de pensamento que privilegia a memória das figuras masculinas². No Brasil, não existe um arquivo exclusivo onde seja possível encontrar as produções de mulheres arquitetas e urbanistas tampouco acervos específicos sobre elas tanto quanto existem de arquitetos e urbanistas. O que existe são as perguntas, curiosidades, desconfianças que levaram a buscar pistas sobre a presença delas estudando, trabalhando e atuando na sociedade anterior aos anos 1970³.

Após encontrar as primeiras arquitetas formadas pelo primeiro curso de arquitetura estabelecido no Brasil, na Escola Nacional de Belas Artes⁴, os problemas iniciais se multiplicaram: quem foram estas estudantes de arquitetura? O que elas fizeram? Como superaram os limites socialmente impostos às mulheres em sua época? Mas, a partir da garantia da existência destas profissionais através das fontes, se pôde compreender que o processo de feminização do campo da arquitetura e urbanismo, conforme evidenciado pelos números do CAU, não é somente o resultado de uma mudança recente. O que se lançou como hipótese, é que a presença delas na área da construção civil, em especial na arquitetura, se colocou há mais de um século e acompanhou a institucionalização, oficialização e a ampliação da carreira de arquitetura e urbanismo, bem como o reconhecimento social desta profissão.

² PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

³ O marco escolhido se refere ao momento de expansão do ensino superior no Brasil e maior acesso de mulheres nos cursos de graduação.

⁴ A Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) hoje faz parte da UFRJ como Escola de Belas Artes. Sua origem está na Academia Imperial de Belas Artes fundada em 1816 a partir da chegada da Missão Artística Francesa no Brasil. A escola oferecia os cursos de pintura, escultura, gravura e arquitetura. O curso de arquitetura se desvincula da ENBA em 1945 estabelecendo a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) e hoje denominada Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU – UFRJ).

Através da compreensão de que a consolidação do campo da arquitetura e urbanismo no Brasil foi resultado de um processo, se pode afirmar que, ser profissional de arquitetura formado pela ENBA, nas primeiras décadas do século XX, não era algo de elevado prestígio por diversos fatores que são apontados na pesquisa. O que se identificou é que houve um esforço da área de arquitetura para alcançar reconhecimento profissional e social e o que o quadro não era nada comparado ao que se pode observar hoje. Portanto, a pesquisa busca chamar atenção para o fato de que neste processo ocorreu com a participação de mulheres que, assim como homens, fundaram e participaram de entidades de classe profissional, se envolveram nos embates por melhorias no curso de arquitetura da ENBA, conquistaram o serviço público, constituíram empresas, pensaram, opinaram e escreveram sobre arquitetura, algumas vezes até sendo reconhecidas em sua própria época. De fato, fazer uma produção arquitetônica e ser reconhecido, virar notícia de jornal, por exemplo, nos primeiros 30 anos do século XX já era uma grande façanha para homens, que dirá para mulheres.

Este foi o caso de Arinda da Cruz Sobral (figura 1), primeiro registro de mulher formada em arquitetura pela ENBA em 1914. A arquiteta foi reconhecida em sua época como a primeira mulher a se formar em arquitetura em artigo divulgado pelo jornal O Paiz em dezembro de 1911. Sobral também realizou um projeto que foi noticiado, a Capela São Silvestre (figura 2), no Rio de Janeiro, próximo ao Cristo Redentor.



Figura 1 - Arinda da Cruz Sobral

Fonte - **Divisão de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional**. Arinda da Cruz Sobral. v. 1
p. 75 de 1932.



Figura 2 - Capela São Silvestre – RJ
Fonte: Autoria própria

Antes do impulso manifestado por Portinho à profissionalização das mulheres, as lutas por direitos femininos, presentes no Brasil desde o século XIX, e as transformações sociais vividas pela sociedade carioca, certamente foram importantes para a entrada de mulheres no curso de arquitetura. A experiência da primeira arquiteta, Arinda da Cruz Sobral, também pode ser remontada a partir deste entendimento através das fontes da época.

Em termos profissionais, com o incremento do aparato público e de seus serviços, em especial os de infraestrutura da cidade, um vasto campo se abriu para profissionais de arquitetura. Desta forma, muitos profissionais hoje reconhecidos, tais como Lucio Costa e Oscar Niemeyer, se beneficiaram das oportunidades estabelecidas por concursos para edifícios públicos, projetos urbanísticos, criação de órgãos e cargos para organização do setor de obras da cidade do Rio de Janeiro. Importante destacar que este era o ambiente da Capital Federal, de uma recente República e, além disso, transformações urbanísticas e socioeconômicas frutos das dinâmicas do capitalismo em esfera nacional e internacional. Nesse contexto de demandas, é possível observar as arquitetas e urbanistas atuando. Muitas chegaram à chefia em órgãos públicos, lideraram projetos, estudos, equipes etc. Assim, podem ser citadas figuras como: Déa Paranhos, funcionária da Prefeitura do Distrito Federal e depois chefe na Superintendência de Urbanização e

Saneamento, Olenka Greve, funcionária do Ministério da Educação e Saúde, Helena Mayerhofer, funcionária do Ministério de Viação e professora da Faculdade Nacional de Arquitetura, Maria Adelaide Rabello Albano, também professora da Faculdade Nacional de Arquitetura, entre outras. Na figura 4 observamos Paranhos com de colegas de profissão na Prefeitura do Distrito Federal, entre eles o reconhecido arquiteto Affonso Reidy:



Figura 3 - Dea com profissionais da PDF
Fonte: Bonduki, Nabil. Affonso Eduardo Reidy. Instituto Lina Bo Bardi e Ed. Blau, São Paulo, 2000

A figura de Portinho também foi essencial neste processo ao fundar associações que lutaram pelo direito de profissionalização e atuação das mulheres, dentre elas podemos citar a União Universitária Feminina de 1929 e a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas de 1937. Nessas associações encontram-se nomes de arquitetas como Lycia Prado Lopes, Déa Torres Paranhos e Ila Schueler Araripe Macedo. Na figura 4, observamos Paranhos em atuação no contexto da luta pelo sufrágio feminino junto aos estudantes universitários em reunião na Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (a quarta mulher na segunda fileira da esquerda para direita):



Figura 4 – Dea Paranhos e estudantes universitários
Fonte - A Noite. Rio de Janeiro, ano 34, n. 8147, p. 1, 01 ago. 1934

Os laços familiares também são importantes quando se reconstitui a memória dessas profissionais. Algumas já vinham de famílias cujos pais, tios e irmãos eram artistas, arquitetos ou engenheiros. É fundamental a busca das redes não apenas para encontrar dados, mas para rever a forma como as narrativas em história da arquitetura e urbanismo são pensadas, isto é, marcadamente centradas no exercício individual de figuras masculinas. Assim, observar as redes familiares e de trabalho tem sido essencial para desfazer a ideia de que existe “o grande mestre criador” em arquitetura e urbanismo. Muitas vezes os projetos são constituídos por equipes que discutem ideias, dividem tarefas e muitos não são reconhecidos por isso, em especial as mulheres. Maior parte dos edifícios e espaços da cidade não têm autoria reconhecida. Talvez os nomes de grandes arquitetas não estejam compondo a cidade e sua história, mas isso não apaga o fato de que existiram e atuaram.

As trajetórias das arquitetas encontradas são plurais no sentido de que exerceram arquitetura, urbanismo ou outras áreas adjacentes. Foram também professoras, artistas, algumas com forte atuação em entidades profissionais, escrevendo e publicando sobre arquitetura e urbanismo e participando de eventos na área. Na figura 5 vemos o exemplo de Marina Machado, funcionária da Universidade Rural do Rio de Janeiro como arquiteta

e engajada nas atividades artística, produzindo, coordenando eventos, entidades, aulas e exposições. Na ocasião, apresentava uma de suas obras:



Figura 5 – Marina Machado em exposição organizada pela Sociedade Bellas-Artes em 1940
Fonte – Revista da Semana. Rio de Janeiro, ano 61, n. 9, p. 1, 02 mar. 1940

Onde estavam estas profissionais? Seus caminhos trilhados não foram esmiuçados por motivos que podem residir na estrutura social que ampara o pensamento e a própria construção de narrativas:

O verdadeiro objeto de uma história das relações entre os sexos e, portanto a história das combinações sucessivas (...) e de estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre sexos: a subordinação da mulher (...)⁵

Contudo, ao resgatar estas experiências, concedemos a elas o reconhecimento, o direito e a devida importância de suas ações. Portanto, não é uma tarefa que identifica somente os aportes estruturais da invisibilidade, mas que pretende indicar a agência destas personagens no quadro geral da constituição do campo da arquitetura e urbanismo quanto da própria luta pelo direito de existência e igualdade profissional. Trilhar os caminhos destas personagens é, deste modo, garantir suas existências históricas e, por fim, como afirma a Del Priore

5 BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.138 – 139.

(...) para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências (...), como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele interferir. Esta é, afinal, uma das funções da história⁶.

Portanto, é permitir que arquitetas e urbanistas tenham seu lugar na história, o direito de existir, de viver e de ser.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Revista da Semana. Rio de Janeiro, ano 61, n. 9, p. 1, 02 mar. 1940.

A Noite. Rio de Janeiro, ano 34, n. 8147, p. 1, 01 ago. 1934.

Bonduki, Nabil. **Affonso Eduardo Reidy**. Instituto Lina Bo Bardi e Ed. Blau, São Paulo, 2000.

Divisão de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional. Arinda da Cruz Sobral. v. 1 p. 75 de 1932.

CAU/BR. **Site do CAU/BR, 2021**. Dia da mulher: participação das mulheres arquitetas e urbanistas cresce a cada ano. Disponível em: <https://caubr.gov.br/dia-da-mulher-participacao-das-mulheres-arquitetas-e-urbanistas-cresce-a-cada-ano2/>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

6 DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p.9.

